

Catálogo cooperativa: história, vantagens e desvantagens¹

Flavia Martins Alves Godinho²
Francileide Miguelina dos Santos Faria³

Resumo: *Este estudo pretende traçar o contexto histórico de como surgiu a catalogação cooperativa, os trabalhos de destaque que encaminharam a catalogação para do uso cooperativo, as dificuldades encontradas e também as adaptações que o seu conceito vem sofrendo ao longo de sua existência. Pretendemos apontar as vantagens e desvantagens de seu uso pelas instituições e a forma como os profissionais da área vêm trabalhando na prática suas potencialidades.*

Palavras-Chave: *Catálogo. Catalogação cooperativa. História da catalogação.*

Cooperative cataloging: history, advantages and disadvantages

Abstract: *This study aims to trace the historical context of how did the cooperative cataloging, prominent jobs that forwarded the cataloging for the cooperative use, the difficulties and also the adjustments that the concept has undergone throughout its existence. We intend to show the advantages and disadvantages of their use by the institutions and the way professionals has been working in practice its potential.*

¹ Artigo produzido por alunas do curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

² flaviamagodinho@hotmail.com

³ fmsfaria@yahoo.com.br

Keywords: *Cataloguing. Cooperative cataloguing. Cataloging history.*

INTRODUÇÃO

A catalogação tem seu fundamento em um conjunto de informações que simbolizam um registro de conhecimento (MEY, 2009). Para tanto, é imprescindível que sua representação não seja um trabalho mecânico, e sim se fundamente nos relacionamentos entre os registros do conhecimento, que precisam ser estabelecidos e pensados para que os usuários tenham alternativas de escolha em suas buscas, além de auxiliá-los na localização do item buscado no acervo físico ou ciberespacial.

Para que a catalogação fosse realizada de forma mais colaborativa e padronizada entre os profissionais, surge a catalogação cooperativa. Buscaremos tecer considerações sobre a história, as vantagens e desvantagens deste tipo de catalogação. Partindo da história, pretende-se aqui traçar um panorama de como surgiu este conceito e como foi colocado em prática, tanto no nível internacional quanto sua aplicação no cenário nacional. Para tanto, faz-se necessário compreender o conceito de catalogação e para este fim utilizaremos o conceito de Mey (1995, p.5) que define a catalogação da seguinte forma:

Catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir intersecção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

Pretendemos também estabelecer as vantagens e desvantagens na aplicação do conceito de catalogação cooperativa que para Barbosa é [...] o trabalho realizado por várias bibliotecas e enviado à uma Central, que se encarrega de normalizar e reproduzir suas fichas e distribuí-las a uma coletividade. A catalogação compartilhada "*Sharedcataloging*" é um exemplo de

catalogação cooperativa, efetuada pela *Library of Congress - LC* (BARBOSA, 1978, p. 71), detectar de que maneira sua prática influenciou tanto a organização da informação quanto do trabalho do bibliotecário.

Outro ponto a ser aqui abordado será a questão de como a catalogação cooperativa foi introduzida e trabalhada no Brasil.

1 HISTÓRICO

1.1 Catalogação cooperativa em âmbito internacional

A primeira sistematização de um moderno corpo de regras de catalogação foi elaborado em 1840 pelo bibliotecário Anthony Panizzi, em conjunto com os seus colaboradores do “*British Museum*”, apontando desta forma, indícios sobre o princípio da catalogação cooperativa, onde foram elaboradas 91 regras de catalogação, publicadas em 1839 na Inglaterra, tendo sua aprovação em 1841 (*Rules for the Compilation of the Catalog – Catalogue of printed books in British Museum*), embora naquele momento não tivessem finalidades tão amplas.

Panizzi inovou ao pensar em um catálogo de autores e índice de assunto para o Museu Britânico em um momento onde havia um caos na instituição. Neste momento, praticamente nenhuma biblioteca tinha índice de assunto de seus acervos. As regras propostas por Panizzi enfrentaram muitas controvérsias, e posteriormente influenciaram todas as propostas seguintes, além de serem de extrema importância para as questões biblioteconômicas.

Em 1850, a ideia de catalogação cooperativa foi lançada por Charles Coffin Jewett, criando um sistema uniformizado de catalogação, idealizado para funcionar como um catálogo coletivo, baseado largamente nas regras propostas por Panizzi, porém ainda com algumas discordâncias. Os cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas de Jewett são seguidos até hoje. Este sistema funcionaria por meio de um modelo padronizado de fichas a serem reproduzidas com uso da estereotipia, enfatizando a importância do aprimoramento das técnicas de organização bibliográfica dos documentos das bibliotecas para sua melhor utilização. Para Campello, “além de funcionar como

central de catalogação, o serviço forneceria um instrumento de acesso às coleções (2006, p.41)”. Este projeto não foi implementado por falta de apoio.

O ano de 1876 foi de grande importância para a Biblioteconomia e para a catalogação cooperativa, ano em que foi criada nos Estados Unidos a ALA (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION), o lançamento da CDD (Classificação Decimal de Dewey, a publicação do código de Cutter e vários trabalhos em favor de trabalhos cooperativos. Considerado por Barbosa como a figura mais brilhante do séc. XIX, Charles Ami Cutter se destacaria não somente pela elaboração da tabela para nomes feita em colaboração com Sanborn, utilizada até os dias atuais, mas Cutter consagrou a existência da escola americana de catalogação, ao publicar *Rules for a dictionary catalog*, um código que continha 369 regras que incluem normas não só para entradas por autor e por título, mas também para a parte descritiva, cabeçalhos de assunto, e ainda alfabetação de arquivamento de fichas (BARBOSA, 1978).

Ainda no ano de 1876, Max Mueller cita na revista *Academy* a maneira como centenas de bibliotecas catalogarem a mesma obra, recomendando que tais catalogações, feitas em folhas de papel, deveriam ser impressas e permutadas entre bibliotecas. Mais de cem anos depois, esta recomendação foi posta em prática pela LC, como programa de catalogação compartilhada.

Em 1978 foi publicado o primeiro relatório do *Committee on Publisher's Title Slip*, que tinha entre seus membros Dewey, Bowker e Wilson, que recomendava a preparação de entradas uniformes de títulos bibliográficos, incluindo cabeçalhos e notas, além do fornecimento aos assinantes de papeletas para uso imediato no catálogo, contendo cabeçalhos que incluíam título, cabeçalho de assunto em ordem de importância, o número de classificação e o nome do autor.

Várias foram as tentativas de colocar em prática o projeto de catalogação cooperativa, inclusive em 1879 foi publicado no *Library Journal*, um suplemento com o objetivo de auxiliar na catalogação cooperativa, mas que não obteve o sucesso esperado.

No ano de 1901, na tentativa de levantar a questão na Conferência da ALA, realizada em Winconsin, Melvil Dewey comprova e justifica a

imprescindível urgência da criação de um programa de catalogação cooperativa e centralizada. No mesmo ano, a LC começou a imprimir suas fichas catalográficas para venda e a ALA nomeou uma comissão encarregada de estudar as regras adotadas pela LC.

Este código foi aceito amplamente, mas não sem críticas. As principais críticas eram em relação ao excesso de detalhes, principalmente à parte descritiva. Reconhecendo a validade das críticas, a ALA nomeou uma comissão para a revisão do código juntamente com a LC.

Em 1941 foi publicada a 2ª edição do Código da ALA, novamente enfrentando críticas quanto ao abandono de princípios que fundamentassem as regras e o afastamento do principal objetivo da catalogação. A ALA considerou as críticas e montou uma Comissão de Revisão do Código, levando em conta as entradas, que era considerada satisfatória e a catalogação descritiva.

No ano de 1961 foi criado na Conferência de Paris os princípios internacionais de catalogação, cujo propósito era de servir como base, para uma normalização internacional na catalogação. Muitos dos códigos de catalogação que foram desenvolvidos em todo o mundo, desde tal data, seguiram estritamente os princípios ou, pelo menos, fizeram-no de uma forma expressiva.

Por se tratar de um sistema cooperativo, como o próprio nome o diz, qualquer biblioteca poderia enviar suas fichas catalográficas para participar do serviço e tal serviço seria realizado por vários profissionais envolvidos em uma mesma questão e com os mesmos objetivos. A cooperação entre bibliotecas no processo de catalogação bibliográfica no que diz respeito à importação ou a conversão de um registro disponível evitaria sua recatalogação o que pouparia desperdício de tempo e custos na elaboração de registros catalográficos. Segundo Balby, citado por Flamino (2003):

uma biblioteca jamais deveria catalogar novamente um material que já foi catalogado por outra biblioteca; para cada material que chega à mesa do catalogador, é necessário saber antes se alguém, em outro lugar do país ou do mundo, já o catalogou; se o material já tiver sido catalogado, todos os esforços devem ser envidados para se ter acesso a essa catalogação, e aproveitá-la. (BALBY, 1995, p. 30).

1.2 Catalogação cooperativa no Brasil

O sistema de catalogação cooperativa iniciou-se no Brasil em 1942 com a implantação do serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), na biblioteca do Departamento de Administrativo do Serviço Público (DASP). Em 1947 o SIC, diante de sua necessidade de ampliar a capacidade de produção da revisão de fichas originais recebidas das bibliotecas cooperantes, bem como a necessidade na diminuição do tempo necessário à impressão das mesmas, passa a receber auxílio financeiro e técnico da Fundação Getúlio Vargas.

Em 1954 foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação que também passou a utilizar os serviços do SIC. Vale ressaltar que uma das atribuições fundamentais do IBBD era o encargo da manutenção do SIC. No entanto em 1972, surgiram algumas dificuldades o que resultou na sua interrupção. Em 1973, com o intuito de resolver o problema o formato MARC foi adaptado no Brasil através do projeto CALCO.

O projeto CALCO visava a catalogação legível por computador que foi elaborado pela bibliotecária Alice Príncipe Barbosa. Segundo Barbosa (1978, p. 223) o projeto tinha por objetivos:

- elaborar um catálogo que arrole a maior parte da produção bibliográfica atual servindo de instrumento para a pesquisa nos pontos mais distantes do país;
- obter bibliografias especializadas;
- fazer a permuta de informações no Brasil e fora do país;
- obter catálogos coletivos especializados;
- padronizar normas de catalogação e cabeçalhos de assuntos;
- acelerar a duplicação de fichas, e
- economizar tempo e mão-de-obra para bibliotecas que possuem as mesmas obras.

Posteriormente o projeto CALCO passou por algumas modificações e em 1980 tornou-se operacional já como rede Bibliodata/CALCO.

2 VANTAGENS DA CATALOGAÇÃO COOPERATIVA

Quando a catalogação cooperativa surgiu, seu objetivo considerava evitar o desperdício de tempo e de mão-de-obra num trabalho repetitivo por parte dos bibliotecários, não havendo, portanto a necessidade de um bibliotecário realizar o mesmo trabalho já feito por outro. Desta forma, o trabalho dos catalogadores diminuiria, liberando-os para outras tarefas e colocando o livro nas mãos dos usuários em um tempo mínimo.

A atualização dos catálogos dar-se-ia de forma mais rápida e com baixo custo, auxiliando a recuperação da informação de forma mais eficiente. A padronização dos dados descritivos também auxiliaria tanto no ato da catalogação quanto na recuperação por parte dos usuários, tanto nas bibliotecas nacionais quanto no intercâmbio de informações internacionalmente.

A catalogação cooperativa surge com um intuito de auxiliar o trabalho de catalogação realizado pelos profissionais da informação e aponta para um trabalho de contribuição entre estes profissionais. Não é apenas uma economia de tempo e trabalho realizado por outros, mas a padronização de dados descritivos, a facilidade na busca, na identificação de autoria da obra, na compra de livros, na compilação de bibliografias e na confecção de catálogos de bibliotecas (BARBOSA, 1978).

É demasiado importante também apontar para o aspecto histórico desde trabalho de catalogação cooperativa, quando pensado no âmbito internacional, em que permitiu que fosse possível a reconstrução dos catálogos de bibliotecas que foram de alguma forma, danificados por conta da Segunda Guerra Mundial, diminuindo o impacto de tais acontecimentos na organização destas bibliotecas.

3 DESVANTAGENS DA CATALOGAÇÃO COOPERATIVA

Embora seu objetivo seja o de padronizar e economizar o trabalho dos profissionais da informação, faz-se necessário pontuar que em grande parte de sua existência, a catalogação cooperativa enfrentou críticas e profissionais que desacreditavam de sua potencialidade.

À época de sua implementação, quando ainda se utilizava fichas, era possível identificar limitações quanto à demora no recebimento das mesmas por parte das centrais de catalogação, a demora no confronto de livros e fichas para identificá-los e a diferença na interpretação de regras de catalogação.

Atualmente, é possível identificar que alguns profissionais desta área não aceitam e/ou desconfiam do trabalho de catalogação desenvolvido por outro profissional, o que seria um dificultador no processo colaborativo, acabando por refazer um novo registro.

A adoção de níveis de catalogação diferentes por parte das bibliotecas cooperantes demonstra uma clara desvantagem no uso da catalogação cooperativa, visto que esse fato gera outro problema que é a duplicação da catalogação, por falta da padronização.

Existe também um custo para as instituições participarem da catalogação cooperativa, o que poderia ser mais uma vez um dificultador para determinadas instituições.

A barreira linguística pode ser apresentada também como uma desvantagem na catalogação cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da catalogação cooperativa é rica e envolve grandes nomes da área da biblioteconomia. Entender como foi construído o seu conceito, as divergências para se chegar a um ideal que atendesse aos interesses da maioria dos profissionais envolvidos, assim como as alterações que sofreu ao longo dos anos dão-nos uma noção de como esta proposta influencia de fato o trabalho de catalogação.

A catalogação cooperativa é uma iniciativa que visa um trabalho colaborativo entre os profissionais da informação. Para o sucesso da catalogação cooperativa, faz-se necessário os participantes se conscientizarem da importância do seu trabalho para a rede que compõe todo o sistema, utilizando as ferramentas indicadas para a padronização da informação de

modo que atinja seu objetivo de diminuir os custos e tempo no processo de catalogação.

Ao analisarmos as vantagens e desvantagens desta prática, identificamos que muito ela ainda tem a oferecer e a evoluir para a prática do trabalho destes profissionais. Vale ressaltar que a catalogação cooperativa quando aceita e bem utilizada pela unidade de informação resultará em grande benefício para a mesma, haja vista que além de diminuir os custos e o tempo no processo de catalogação também facilitará a recuperação dos dados bibliográficos entre as unidades de informação cooperantes, bem como disponibilizará de forma rápida e eficiente a informação para os usuários destas unidades de informação.

É possível, portanto, afirmar que este conceito, quando bem entendido e empregado, agrega valor ao trabalho do bibliotecário, possibilitando uma interação entre os profissionais envolvidos, fator este que também influenciará a boa prática do trabalho e a organização das instituições.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos Rumos da Catalogação**. Rio de Janeiro: BGN/Brasilart, 1978.

CAMPELO, Bernadete Santos. **Introdução ao Controle Bibliográfico**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 94 p.

FLAMINO, Adriana Nascimento. **MARC21 e XML como ferramentas para a consolidação da catalogação cooperativa: uma revisão de literatura**. 2003. 142 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Histórico da Catalogação**. Disponível em: <<http://bibliodata.ibict.br/geral/docs/2Hist%C3%B3ricodacataloga%C3%A7%C3%A3o.pdf>> . Acesso em: 14 nov. 2014

MEY, Eliane Serrão Alves, SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2009. 217 p.